

A. I. N° - 09197826/01
AUTUADO - BORRACHAS VIPAL S. A.
AUTUANTE - RONALDO MOUTINHO RIBEIRO
ORIGEM - IFMT- DAT/SUL
INTERNET - 27.02.02

2ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO JJF N° 0045-02/02

EMENTA: ICMS. ANTECIPAÇÃO TRIBUTÁRIA. AQUISIÇÃO INTERESTADUAL DE MERCADORIAS ENQUADRADAS NO REGIME DE SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA. EXIGÊNCIA DO IMPOSTO. Comprovado, nos autos, hipótese da não incidência da antecipação do imposto. Auto de Infração **IMPROCEDENTE**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

O Auto de Infração, lavrado em 05/10/01, refere-se a exigência de R\$ 1.801,40 de imposto, em razão da falta de recolhimento do ICMS por antecipação, inerente a “Vipamold”, usada na reforma de pneus, constantes das Notas Fiscais de n^{os} 032121 e 032189, oriundas do Estado de Minas Gerais, emitidas pelo autuado, apreendidas no município de Itagimirim, conforme documentos fiscais e Termo de Apreensão, constantes às fls. 2 a 10 dos autos. Foram dados como infringidos os artigos 370 e 373 c/c o 125, II, “b”, do RICMS aprovado pelo Decreto n° 6.284/97.

O autuado, em sua impugnação, às fls. 20 a 25, aduz que as referidas notas fiscais foram corretamente emitidas, pois consignavam como mercadoria o “Vipalmold”, que trata-se de tipo de banda pré-moldada usada na reforma de pneus, cujo processo de recauchutagem é tipicamente de industrialização, do que entende que o regime de substituição tributária não se aplica as mercadorias que são utilizadas no referido processo. Cita que o Convênio ICMS n° 85/93, dispõe sobre substituição tributária nas operações com pneumáticos, câmaras de ar e protetores, classificados nas posições 4011 e 4013 e no código 4012.90.000 da NBM/SH. Destaca o equívoco cometido pelo autuante no tocante ao número do código do “Vipamold” que tem a mesma classificação fiscal dos protetores de borracha, ressaltando que mesmo assim, não está sujeita à substituição tributária, pois é utilizada no processo de industrialização. Por fim, requer que o Auto de Infração seja julgado improcedente.

A informação fiscal, à fl. 33 dos autos, prestada nos termos do art. 127, §2º, do RPAF/99, aduz que a mercadoria “banda vipalmold”, embora incluída no mesmo código do NCM, é tratada como produto distinto dos protetores de borracha aos quais se refere o Convênio ICMS 85/93. Assim, sendo produtos distintos e não havendo menção específica à “bandas”, entende está clara a sua não inclusão na substituição tributária.

VOTO

Trata-se de Auto de Infração lavrado para exigir do autuado, na qualidade de sujeito passivo por substituição, o recolhimento do ICMS por antecipação do produto “Vipamold”.

O recorrente, em sua impugnação, alega que o produto “Vipalmold” trata-se de tipo de banda pré-moldada usada no processo industrial de recauchutagem de pneus e, como tal, não sujeito ao regime de substituição tributária. Cita que o Convênio ICMS n.º 85/93, dispõe sobre substituição tributária nas operações com pneumáticos, câmaras de ar e protetores de borracha, classificados nas posições 4011 e 4013 e no código 4012.90.90 da NBM/SH, a mesma classificação fiscal do “Vipamold”, ressaltando que mesmo assim, não está sujeita à substituição tributária, pois é utilizada no processo de industrialização, do que é acatado na informação fiscal, a qual entende está clara a sua não inclusão na substituição tributária.

Da análise das peças processuais, observa-se que a classificação fiscal consignada no campo “Dados Adicionais” das Notas Fiscais, é “08- 4012.90.90” para o produto “Vipalmold” (fls. 6 e 10), o mesmo código previsto no art. 353, inciso II, item e sub-item 17.2.2, do RICMS/97, inerente a “outros” protetores de borracha para pneumáticos. Assim, tal produto está sujeito a substituição tributária. Entretanto, cabe razão ao contribuinte em não proceder a retenção do imposto, uma vez que o destinatário das mercadorias trata-se de uma empresa prestadora de serviço de recauchutagem ou recondicionamento de pneus, inscrito no Cadastro da SEFAZ sob código de atividade nº 2512-7/00, tida como “Indústria de Transformação”, sendo as mercadorias destinadas para emprego na prestação de tal serviço, hipótese em que não deve ser feita a antecipação do imposto, conforme previsto no art. 355, inciso IV, e Anexo “3”, ambos do RICMS/97.

Face ao exposto, voto pela IMPROCEDÊNCIA do Auto de Infração.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 2ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **IMPROCEDENTE** o Auto de Infração **nº 09197826/01**, lavrado contra **BORRACHAS VIPAL S. A.**

Sala das Sessões do CONSEF, 21 de fevereiro de 2002.

FERNANDO A. B. DE ARAÚJO – PRESIDENTE/RELATOR

ARIVALDO DE SOUSA PEREIRA - JULGADOR

JOSÉ CARLOS BACELAR - JULGADOR